

Inquérito Civil n. 06.2019.00004598-3

TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA

Pelo presente instrumento, o **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SANTA CATARINA**, por intermédio do seu Promotor de Justiça Adalberto Exterkötter, titular da 4ª Promotoria de Justiça da Comarca de Rio do Sul, com atribuição para atuar na Defesa do Meio Ambiente e a **JR MÁRMORES E GRANITOS ME**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ n. 29.111.571/0001-85, com sede na rua Travessa João José Machado, n. 184, Praça 11, no Município de Lontras (SC), neste ato representada por seu sócio-administrador, Rodrigo Gonçalves Steinbach, portador do RG n. 5.529.320, inscrito no CPF n. 065.712.679-93, doravante denominado COMPROMISSÁRIA, nos autos do Inquérito Civil n. 06.2019.00004598-3, autorizados pelo art. 5º, § 6º, da Lei n. 7.347/85 e art. 91 da Lei Complementar Estadual n. 738/2019, e:

CONSIDERANDO que o Ministério Público é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis (art. 127 da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988);

CONSIDERANDO que, por disposição do artigo 129, inciso III, da CRFB/1988, o Ministério Público é o órgão encarregado de promover o inquérito civil e a ação civil pública para a proteção do meio ambiente e de outros interesses difusos;

CONSIDERANDO que "todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia

qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações", consoante dita o art. 225, *caput*, da CRFB/1988;

CONSIDERANDO que, na conceituação do meio ambiente, considera-se a sua manifestação na forma do meio ambiente artificial, traduzido pelo espaço urbano construído;

CONSIDERANDO que as condutas e atividades consideradas lesivas ao meio ambiente sujeitarão os infratores, pessoas físicas ou jurídicas, a sanções penais e administrativas, independentemente da obrigação de reparar os danos causados, conforme art. 225, § 3º, da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988;

CONSIDERANDO que tramita nesta 4ª Promotoria de Justiça o Inquérito Civil n. 06.2019.00004598-3, cujo objeto é apurar o funcionamento das empresas JR Mármore e Granitos, Marmoraria Nelson Hasse, Marmoraria Lontrense, Marmoraria Pedra Forte e Marmoraria RS Mármore e Granitos, localizadas no Município de Lontras (SC), em tese, sem as devidas licenças ambientais;

CONSIDERANDO que a empresa JR Mármore e Granitos ME, de propriedade de Rodrigo Gonçalves Steinbach, não possui Alvará do Município de Lontras para localização e funcionamento e, ainda, que o imóvel onde está exercendo as atividades não possui habite-se;

CONSIDERANDO que a atividade desenvolvida pela JR Mármore e Granitos ME se caracteriza como potencialmente poluidora de porte médio, porém a empresa não possui o devido licenciamento ambiental (Autorização Ambiental - AuA) para exercício de suas atividades, nos termos do item 10.10.00 da Resolução CONSEMA n. 98/2017;

CONSIDERANDO que o presente Termo de Compromisso de Ajustamento de Conduta tem por objetivo a adequação da empresa JR Mármore e Granitos ME às normas ambientais e administrativas municipais para o exercício da atividade;

RESOLVEM

Celebrar o presente compromisso de ajustamento de conduta, de acordo com os seguintes termos:

DO OBJETO

Cláusula 1ª. Este Termo de Compromisso de Ajustamento de Conduta tem como objeto a adequação da empresa JR Mármore e Granitos ME, situada na Travessa João José Machado, n. 184, Praça 11, no Município de Lontras (SC), às normas ambientais e administrativas municipais para o exercício de sua atividade.

DAS OBRIGAÇÕES DA COMPROMISSÁRIA

Cláusula 2ª. Para a consecução do objeto deste TAC, a Compromissária se compromete a obter as licenças administrativas e ambientais da empresa JR Mármore e Granitos ME, no prazo improrrogável de 7 (sete) meses, a contar da assinatura deste Termo, ou, opcionalmente, encerrar suas atividades neste prazo.

Parágrafo primeiro. Caso efetue a mudança de suas instalações para imóvel regular e em zoneamento permitido, a Compromissária se compromete a providenciar o licenciamento ambiental, seguindo a legislação respectiva no que diz respeito a resíduos e ruídos, fora outras aplicáveis.

Parágrafo segundo. O licenciamento ambiental não exime o Compromissário de requerer o pertinente Alvará ao Município de Lontras para localização e funcionamento.

Cláusula 3ª. A Compromissária se compromete a cumprir todas as solicitações e modificações em relação ao pedido de licenciamento ambiental exigidas pelo Órgão Ambiental competente.

DA MULTA PELO DESCUMPRIMENTO DAS CLÁUSULAS:

Cláusula 4ª. Em caso de descumprimento das obrigações

assumidas neste Termo, a Compromissária sujeitar-se-á, relativamente às suas obrigações e a título de cláusula penal:

Parágrafo primeiro. Em notificação de advertência, com prazo de 48 (quarenta e oito) horas para regularização das questões afetas à Cláusula 2ª, sob pena de imediata propositura das medidas judiciais cabíveis para sua execução.

Parágrafo segundo. Decorrido o prazo previsto no Parágrafo Primeiro sem cumprimento, em incidência de multa diária no valor de R\$ 200,00 (duzentos reais), a ser recolhida ao Fundo Estadual para Reconstituição de Bens Lesados, criado pelo Decreto Estadual n. 1.047/87, conforme art. 13 da Lei n. 7.347/1985.

Parágrafo terceiro. Os pagamentos a título de cláusula penal de que trata a Cláusula 4ª terão seus valores atualizados de acordo com o índice oficial (INPC), desde a data da comprovação do descumprimento até a data do efetivo desembolso, cujos valores serão revertidos em prol do Fundo para Reconstituição dos Bens Lesados.

Parágrafo quarto. O valor da multa por descumprimento deste Termo de Ajustamento de Conduta incidirá de forma independente para cada obrigação detalhada nas cláusulas deste instrumento, caso seja descumprida.

Parágrafo quinto. O valor da multa por descumprimento do TAC não exime o Compromissário de dar andamento à execução da obrigação inadimplida.

Parágrafo sexto. Não sendo efetuado o depósito do valor da multa por descumprimento do TAC, sua cobrança será realizada pelo Ministério Público de Santa Catarina, com atualização monetária e juros de 1% (um por cento) ao mês sobre o que deveria ser depositado.

Parágrafo sétimo. Para a execução das multas previstas nesta cláusula e tomada das medidas legais pertinentes, será necessário tão somente a informação de descumprimento encaminhada por qualquer meio ao Ministério Público.

DAS OBRIGAÇÕES DO MINISTÉRIO PÚBLICO

Cláusula 5ª. O Ministério Público se compromete a não adotar qualquer medida de cunho civil se cumprido o presente Termo de Ajustamento de

Conduta pelo Compromissário, o que não impede a promoção das ações penais atinentes a crimes eventualmente praticados.

Parágrafo único. O Ministério Público poderá, a qualquer tempo, com a devida anuência do signatário, diante de novas informações ou se assim as circunstâncias o exigirem, retificar ou complementar este Termo de Ajustamento de Conduta, determinando outras providências que se fizerem necessárias, ficando autorizado, nesse caso, a dar prosseguimento ao Inquérito Civil eventualmente arquivado pelo Conselho Superior do Ministério Público, em decorrência deste instrumento.

Cláusula 6ª. O Ministério Público obriga-se a não agir judicialmente contra o Compromissário em relação ao objeto deste ajuste, desde que cumpridas suas cláusulas no prazo estabelecido.

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Cláusula 7ª. Comprovada a inexecução dos compromissos previstos neste Termo de Ajustamento de Conduta, será facultada ao Ministério Público a imediata execução judicial do presente título, sem prejuízo de outras medidas cabíveis, como providências e cominações judiciais que poderão vir a ser requeridas nas esferas civil, administrativa e criminal.

Cláusula 8ª. O cumprimento das obrigações ajustadas não isenta o Compromissário da observância das demais exigências da legislação em vigor e/ou em outras leis que vierem a ser editadas ou entrarem em vigor após sua assinatura.

Cláusula 9ª. Este compromisso não inibe ou restringe, de forma alguma, as ações de controle, fiscalização e monitoramento de qualquer Órgão ambiental, nem limita ou impede o exercício de suas atribuições e prerrogativas legais e regulamentares.

Parágrafo único. As obrigações previstas nas cláusulas 2ª e 3ª, do presente Termo são consideradas obrigações de relevante interesse ambiental.

Cláusula 10ª. Considerar-se-á como justificativa para o descumprimento das cláusulas ajustadas a ocorrência de caso fortuito ou força maior, que deverá ser formalmente relatado, justificado e comprovado, hipótese em que poderá ser o Compromissário isento da multa estabelecida.

Cláusula 11ª. Este TAC poderá ser protestado perante Cartório de Protesto de Títulos.

Cláusula 12ª. Eventuais questões decorrentes deste TAC serão dirimidas no Foro da Comarca de Rio do Sul (SC), local em que está sendo firmado o presente ajuste.

O presente Termo de Ajuste de Conduta será eficaz a partir da sua assinatura, e o Compromissário fica, desde já, cientificado de que, com a formalização do presente, será promovido o ARQUIVAMENTO do presente Inquérito Civil, nos termos dos artigos 48, inciso II, e 49, *caput*, ambos do Ato 395/2018/PGJ, sendo-lhe possível, até a sessão do Conselho Superior do Ministério Público que apreciar a promoção de arquivamento, apresentar razões escritas ou documentos.

Assim, justos e acertados, para que surtam seus jurídicos e legais efeitos, firmam as partes o presente Termo de Compromisso de Ajustamento de Condutas em 3 (três) vias de igual teor, com eficácia de título executivo extrajudicial, nos moldes do art. 5º, § 6º, da Lei nº 7.347/1985.

Rio do Sul, 10 de março de 2020.

[assinado digitalmente]

ADALBERTO EXTERKÖTTER
Promotor de Justiça

JR Mármore e Granitos ME
Compromissária

FAUSTO HOMERO DE MEDEIROS
OAB/SC n. 23.208

Testemunhas:

NOME DA TESTEMUNHA

NOME DA TESTEMUNHA